



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

Índice

Trabalho de Auditoria	3
Apresentação	4
Metodologia	5
Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras	7
Demonstrações Financeiras	11
Balancos Patrimoniais	12
Demonstrações do Resultado	13
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	14
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	15
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias	16



TRABALHO DE AUDITORIA

Trabalho de Auditoria



A documentação da **Federação Alagoana de Futebol – FAF**, do trimestre findo em 30 de junho de 2025, foi analisada no período de 07 de julho a 20 de outubro de 2025. Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, aplicação de testes e exames, por amostragem, sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares, em geral, numa base seletiva e por amostragem, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

Apresentação

Dados da Firma de Auditoria

IGF – Auditores e Consultores Independentes S/S

Rua Francisco Gonçalves, nº 1, Edf. Reitor Miguel Calmon – Sala 806, Comércio, Cep: 40.015-090 – Salvador/BA

CNPJ nº 04.899.444/0001-61 – CRC/BA nº 4.178 – CVM nº 9.318

Edmar Sombra Bezerra – Contador – CRC/BA nº 12.590

Dados da Entidade Auditada

Federação Alagoana de Futebol – FAF

Avenida Pretestato Ferreira Machado, 919, Jatiúca, CEP: 57.036-400, Maceió-AL
CNPJ nº 12.187.936/0001-52

Felipe Omena Feijó – Presidente

Nicholas Cansação do Nascimento – Contador – CRC/AL- nº 7.902



METODOLOGIA

Os trabalhos foram realizados em conformidade com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade aplicáveis à auditoria, envolvendo a análise das operações realizadas juntamente com seus respectivos registros contábeis, através da documentação probante e outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias, em grau e profundidade suficiente à emissão deste relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras intermediária findo em **30 de junho de 2025**.

Utilizamos os procedimentos representativos da técnica de seleção de amostragens indicada para esse tipo de trabalho, inclusive efetuando a análise dos controles internos existentes na entidade, como segue:

- a) Planejamento dos trabalhos de auditoria;
- b) Contatos com os responsáveis pelas áreas contábil, financeira e administrativa;
- c) Análise das transações praticadas e as funções básicas dos controles internos;
- d) Testes das transações escrituradas na contabilidade;
- e) Avaliação dos saldos das rubricas integrantes das demonstrações financeiras;
- f) Avaliação da base contábil de continuidade operacional.



Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras



Aos
Diretores da
FEDERAÇÃO ALAGOANA DE FUTEBOL - FAF.
Maceió – Alagoas

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial, em **30 de junho de 2025** da **FEDERAÇÃO ALAGOANA DE FUTEBOL - FAF**, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas

(I) Em 30 de junho de 2025, a **FAF** não possuía informações e controles individualizados e atualizados dos bens patrimoniais do ativo imobilizado, cujo custo contábil naquela data totalizou R\$ 4.664.303, bem como quanto às depreciações acumuladas no valor de R\$ 530.027, conforme nota explicativa nº 06. Como comentado na nota explicativa nº 13.j, a entidade não realizou a análise e teste quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados em todo o ativo imobilizado (NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos). Dessa forma, não foi possível, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre a adequação dos saldos dessas contas, e, conseqüentemente, os eventuais efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras findas nessa data.

(II) A FAF reconheceu no patrimônio líquido os efeitos de avaliação (reavaliação) dos bens imóveis e de, parte, dos bens móveis, no valor de R\$ 4.186.997 reais, na conta de ajuste de avaliação patrimonial, conforme notas explicativas nº 9 e 12, em desacordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, CPC 26 – Apresentação da Demonstrações Financeiras, CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) e a legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09). Dessa forma, não foi possível, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre a adequação dos saldos dessas contas, e conseqüentemente, os eventuais efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras findas nessa data.

(III) A FAF, no período findo em 30 de junho de 2025 não apresentou controles internos que permitissem confirmar o saldo do subgrupo de “Outras Obrigações de custeio”, no valor de R\$ 416.324 (nota explicativa nº 10). A inexistência de controles para esta conta representou uma limitação ao escopo de nossos trabalhos e, diante disso, não foi possível concluirmos sobre a adequação do saldo contábil, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações financeiras no exercício findo naquela data.

Conclusão com ressalvas

Com base em nossa revisão, com exceção dos assuntos descritos no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em **30 de junho de 2025**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Revisão dos saldos comparativos

Os valores referentes ao balanço patrimonial findo em 31 de dezembro de 2024 que está sendo apresentados pela administração da entidade como informações suplementares e comparativas, foi por nós auditado, com emissão do relatório dos auditores independentes em 23 de abril de 2025, com ressalvas sobre: (i) A entidade procedeu ajustes de exercícios anteriores em seu patrimônio líquido no montante de R\$ 4.036.146, e não apresentou retrospectivamente nas primeiras demonstrações autorizadas para a emissão após a sua descoberta; (ii) não possuir informações e controles internos suficientes, em relação aos bens do ativo imobilizado, depreciação, vidas úteis e valores residuais e a não realização da análise e teste de recuperabilidade desses ativos; e (iii) reconhecimento no patrimônio líquido de reavaliação de bens móveis e imóveis.

As demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do período de três meses findo em 30 de junho de 2024, cujas informações estão sendo apresentadas para fins de comparabilidade, pela administração, foram por nós revisados, e emitimos conclusão datada de 23 de setembro de 2024, com ressalvas sobre: (i) ausência de controles internos e informações suficientes para confirmação de saldos de outros créditos a receber, subgrupos de adiantamentos para posterior prestação de serviço, obrigações fiscais e sociais, obrigações sociais consignadas de clubes e outras obrigações a pagar; (ii) não possuir informações e controles internos suficientes, em relação aos bens do ativo imobilizado, depreciação, vidas úteis e valores residuais, e a não realização da análise e teste de recuperabilidade desses ativos; (iii) não apresentar controle interno adequado e suficiente, bem como não dispor de política interna sobre a estimativa com perdas para créditos de liquidação duvidosa e (iv) reconhecimento no patrimônio líquido de reavaliação de bens móveis e imóveis.

Salvador/BA, 20 de outubro de 2025.

IGF AUDITORES E CONSULTORES
INDEPENDENTES
SOCIEDA:04899444000161
Assinado de forma digital por IGF
AUDITORES E CONSULTORES
INDEPENDENTES SOCIEDA:04899444000161
Dados: 2025.10.20 16:19:25 -03'00'

IGF – AUDITORES E CONSULTORES INDEPENDENTES S/S
CRC/BA nº 4.178/0-6 - CVM nº 9.318

EDMAR SOMBRA
BEZERRA:02787075568
Assinado de forma digital por
EDMAR SOMBRA
BEZERRA:02787075568
Dados: 2025.10.20 16:19:43 -03'00'

Edmar Sombra Bezerra
Contador - CRC/BA nº 12.590 - CNAI nº 511



**Demonstrações Financeiras Intermediárias e Notas
Explicativas
30 de junho de 2025**

Balanços Patrimoniais

FEDERAÇÃO ALAGOANA DE FUTEBOL

CNPJ nº 12.187.936/0001-52

Findos em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em reais, sem centavos)

Ativo	Notas	30/06/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	30/06/2025	31/12/2024
Circulante		1.610.156	682.404	Circulante		4.724.520	3.694.132
Disponível	4	515.176	512.435	Fornecedores		8.212	-
Créditos de Curto Prazo		77.079	25.528	Empréstimos e Financiamentos	7	1.370.859	1.507.962
Adiantamentos	5	495.941	129.253	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8	1.626.664	1.521.691
Outros Créditos a Receber		521.960	15.188	Impostos e Contribuições a Recolher	9	570.114	630.634
				Obrigações Soc. Consig. Clubes		9.222	304
				Outras Obrigações a Pagar	10	1.031.740	11.547
				Parcelamentos	11	107.709	21.994
Não Circulante		4.520.963	4.476.224	Não Circulante		557.180	684.888
Imobilizações de Uso	6	4.133.776	4.128.900	Parcelamentos	11	557.180	684.888
Imobilizado em Andamento	6	387.187	347.324				
				Patrimônio Líquido		849.419	779.607
				Patrimônio Social		(3.402.086)	(2.999.522)
				Reserva de Reavaliação		4.186.997	4.186.997
				Superávit ou (Déficit) do Exercício		64.508	(407.868)
Total do Ativo		6.131.119	5.158.628	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		6.131.119	5.158.628

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultado

FEDERAÇÃO ALAGOANA DE FUTEBOL

CNPJ nº 12.187.936/0001-52

Demonstrações de Resultado

Findas em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em reais, sem centavos)

	Nota	Acumulado do período		Movimento do período	
		01/01/2025 a	01/01/2024 a	01/04/2025 a	01/04/2024 a
		30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024
RECEITAS OPERACIONAIS		2.397.607	2.636.541	831.045	1.199.600
Receita - Comercial		84.000	704.000	-	352.000
Receita - CBF/FAF		968.000	715.000	363.000	407.000
Receita de Registro/Transf./Resc de Atletas		445.634	523.451	228.281	232.181
Receita - Copa do Nordeste		720.000	503.528	180.000	170.111
Taxa Federativa		125.766	180.450	35.398	38.242
Doações e Outras Receitas		53.207	10.112	24.366	66
Taxas e Anuidades		1.000	-	-	-
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(2.143.791)	(2.688.233)	(983.932)	(1.316.445)
Despesas com Campeonatos	13	(537.600)	(1.217.142)	(203.365)	(564.601)
Despesas Gerais	14	(929.692)	(855.714)	(437.793)	(409.531)
Despesas com Pessoal		(555.058)	(480.635)	(279.992)	(264.925)
Encargos Sociais		(97.956)	(94.179)	(48.442)	(38.478)
Despesas Tributárias		(23.485)	(17.591)	(14.340)	(15.938)
Outras Despesas		-	(22.972)	-	(22.972)
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		253.816	(51.692)	(152.887)	(116.845)
RESULTADO FINANCEIRO		(189.308)	99.892	(100.598)	159.211
Receitas Financeiras	15	19.017	267.513	10.700	261.514
(-) Despesas Financeiras	15	(208.325)	(167.621)	(111.298)	(102.303)
SUPERÁVIT DO PERÍODO		64.508	48.200	(253.485)	42.366

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

FEDERAÇÃO ALAGOANA DE FUTEBOL
 CNPJ nº 12.187.936/0001-52
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 Findas em 30 de junho de 2025 e 2024
 (Em reais, sem centavos)

	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação de Imóveis	Superávits Acumulados	Superávit/ Déficit do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(6.406.345)	4.186.997	167.085	(796.417)	(2.848.680)
Incorporação do Déficit ao Patrimônio Social	(796.417)	-	-	796.417	-
Transferência de Superávit Acumulado	167.085	-	(167.085)	-	-
Resultado do Período	-	-	-	48.200	48.200
Ajuste de Exercícios Anteriores	(6.809)	-	-	-	(6.809)
Saldos em 30 de junho de 2024	(7.042.486)	4.186.997	-	48.200	(2.807.289)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.999.522)	4.186.997	-	(407.868)	779.607
Incorporação do Déficit ao Patrimônio Social	(407.868)	-	-	407.868	-
Resultado do Período	-	-	-	64.508	64.508
Ajuste de Exercícios Anteriores	5.304	-	-	-	5.304
Saldo em 30 de junho de 2025	(3.402.086)	4.186.997	-	64.508	849.419

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

FEDERAÇÃO ALAGOANA DE FUTEBOL

CNPJ nº 12.187.936/0001-52

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em reais, sem centavos)

	01/01/2025 a	01/01/2024 a
Notas	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit ou (Déficit) do Período	64.508	48.200
Depreciação e Amortização	2.219	9.478
Ajustes de Exercícios Anteriores	5.304	(6.809)
Superávit (Déficit) Ajustado	72.031	50.869
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes		
Créditos a receber	(925.011)	(770.077)
Créditos a receber	(51.551)	-
Adiantamentos	(366.688)	(231.894)
Outros créditos a Receber	(506.772)	(538.183)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes		
Fornecedores Nacionais	1.081.775	682.468
Fornecedores Nacionais	8.212	29.581
Obrigações Sociais e Trabalhistas	104.973	186.209
Impostos e Contribuições a recolher	(60.520)	(9.231)
Obrigações Soc. Consig. Clubes	8.918	25.187
Outras Obrigações a pagar	1.020.192	450.722
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	228.795	(36.740)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado	(7.095)	(13.385)
Aquisição de Imobilizado	(7.095)	(13.385)
Imobilizado em andamento	(39.863)	(34.559)
Imobilizado em andamento	(39.863)	(34.559)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	(46.958)	(47.944)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aquisição de empréstimos e financiamentos	(137.103)	110.519
Aquisição de empréstimos e financiamentos	(137.103)	110.519
Amortização (Aquisição) de parcelamentos	(41.993)	43.231
Amortização (Aquisição) de parcelamentos	(41.993)	43.231
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	(179.096)	153.750
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.741	69.066
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	512.435	553.056
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	515.176	622.122
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.741	69.066

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Intermediárias**

Findas em 30 de junho de 2025 e 2024

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

FEDERAÇÃO ALAGOANA DE FUTEBOL – FAF

CNPJ nº 12.187.936/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Findas em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em reais)

01. Contexto Operacional

A Federação Alagoana de Futebol – FAF é filiada à Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a qual reconhece como única entidade nacional de administração do futebol no território brasileiro, sendo sucessora da extinta Federação Alagoana de Desportos, fundada em 14 de março de 1927, é uma entidade regional de administração do esporte, constituída como associação civil, sem fins econômicos, com sede à Avenida Pretestato Ferreira Machado, nº 919, Jatiúca, CEP: 57036-400 – Maceió/AL, é uma entidade sem fins lucrativos cujo objetivo é a defesa comum dos interesses de seus associados, sendo constituída em 08/11/1991.

02. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias

As demonstrações financeiras, em seus aspectos mais relevantes, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação brasileira, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Como se trata de entidade sem fins lucrativos, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas, principalmente, de acordo com a interpretação técnica geral para entidades sem fins de lucros - ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da resolução CFC Nº 1409/12 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 – Instituto sem finalidade de lucros. Observando os Princípios Fundamentais de Contabilidade em sua elaboração e adotando os conceitos, conteúdo e estrutura, bem como a Resolução CFC 877/2000, Comitês de Pronunciamentos Contábeis e demais legislações aplicáveis às atividades inerentes às entidades sem fins lucrativos.

As demonstrações intermediárias foram preparadas considerando, no que for aplicável, o CPC 21 – Demonstração Intermediária.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

03. Principais Práticas Contábeis

As operações foram contabilizadas com base nas práticas consubstanciadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial a ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, dentre as quais se destacam:

a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais que é a moeda funcional e de apresentação da entidade e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda nacional. Ganhos e perdas, quando existentes, resultantes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

b) Apuração do Resultado

b.1) Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b.2) As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro, quando for o caso.

b.3) As operações indexadas a moedas estrangeiras, quando existentes, são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

As receitas são registradas pelo regime de competência em função da sua natureza, as quais referem-se às seguintes fontes de recursos:

I - Taxas e emolumentos mencionados no Regulamento Geral e os que forem criados pela Assembleia Geral;

II - O equivalente a 8% (oito por cento) sobre as rendas brutas de todas as partidas de futebol realizadas no Estado de Alagoas em que sejam cobrados ingressos;

III - Rendas das partidas extraordinárias promovidas pela FAF;

IV - Juros de capital depositados em nome da FAF;

Patrocínios, inseridos ou não no contexto de leis de incentivo ao esporte;

VI - Doações ou subvenções de qualquer natureza;

VII - Renda eventual;

VIII - Multas impostas pela FAF;

IX - Repasses realizados pelo poder público no âmbito de convênios, parcerias ou instrumentos congêneres;

X – Outras receitas não especificadas.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Aplicações Financeiras de Alta liquidez e Baixo Risco

As aplicações financeiras de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Valores com Restrições

São valores que tem vinculação entre a origem e a aplicação do recurso, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela agente repassador do recurso. Os recursos vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

f) Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão registrados ao seu valor justo, acrescido quando aplicável pelos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Estão mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos financeiros, mensurados a valor justo no resultado e outros passivos financeiros.

g) Direitos e Obrigações

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização e as obrigações estão demonstradas pelos valores de exigibilidades, estes últimos atualizados até a data do balanço.

h) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa

A entidade não registra a estimada de perdas com créditos de liquidação duvidosa, pois a Administração entende que não existem operações que possam ensejar prováveis perdas, inclusive considerando os seus direitos e o histórico deles.

Em 31 de março de 2025 a administração julgou não ser necessário a constituição desta provisão, considerando não haver evidências da existência de prováveis perdas com seus créditos a receber.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. O valor do imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo adotadas as taxas anuais com base legislação fiscal, e sobre os saldos das contas. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, quando representam aumento da capacidade instalada ou da vida útil do bem, são capitalizados, enquanto os demais são lançados a resultado, de acordo com o regime de competência.

j) Redução do Valor Recuperável (Teste de Impairment)

Os ativos são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. É reconhecida uma perda caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

A Administração da entidade não efetuou a análise de seus ativos quanto a indicadores de desvalorização neste período, bem como não avaliou se esses ativos são realizáveis em prazos satisfatórios.

k) Obrigações Trabalhistas

As obrigações e encargos sobre a folha de pagamento são calculados com base na legislação vigente e de acordo com as normas trabalhistas.

l) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais observaram os critérios definidos pela NBC TG 25 (R2) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a saber:

✓ Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

✓ Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

✓ Passivo Contingente: de acordo com a NBC TG 25 (R2), são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, e não pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os passivos contingentes que satisfazem os critérios de reconhecimento são considerados como perdas prováveis, devendo ser reconhecidos e divulgados em notas explicativas. Enquanto os que não satisfazem os critérios de reconhecimento são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

✓ Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

m) Outros Ativos e Passivos (Circulante e Não Circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses da data das demonstrações financeiras; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n) Estimativas Contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da entidade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

o) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada em consonância com CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método indireto.

p) Aval e Fiança

Até o encerramento do período em 31 de março de 2025, a Administração informa que não existia qualquer tipo de aval e/ou fiança concedidas a terceiros pela entidade.

q) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

A Administração da entidade informa que não houve qualquer evento subsequente que requeresse ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em **30 de junho de 2025**

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

04. Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, contas bancárias e por aplicações financeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Disponível	30/06/2025	31/12/2024
Caixa	9.065	37.048
Caixa	9.065	37.048
Bancos Conta Movimento	117.831	24
Banco Daycoval C/C: 1501016-5 Ag.: 0001	117.788	24
banco daycoval (conta garantida 80 mil) - ag 0001 conta 000611048-9	43	-
Aplicação Financeira	388.280	475.363
Banco Daycoval com Aplicação - CDB	238.636	253.489
Banco Bradesco com Aplicação	149.644	192.840
Aplicação Financeira Bradesco - Invest Fácil	-	29.034
Total	515.176	512.435

05. Adiantamentos

Esse subgrupo está representado por adiantamentos para posterior prestação de contas, conforme a seguir:

Adiantamentos	30/06/2025	31/12/2024
Adiantamento a Empregados	759	-
Adiantamento de 13º Salário	759	-
Adiantamentos para posterior prestação de serviço	495.182	129.253
Contas Correntes	495.182	129.253
Total	495.941	129.253

06. Imobilizado

As movimentações ocorridas no período findo em 30 de junho de 2025, no imobilizado foram as seguintes:

	30/06/2025	Adição	Baixas	31/12/2024
Imobilizado	4.664.303	7.095	-	4.657.208
Parcela de Reavaliação Imóveis	4.186.997	-	-	4.186.997
Equipamentos de Informática	133.612	-	-	133.612
Móveis e Utensílios	118.694	7.095	-	111.599
Veículos	85.460	-	-	85.460
Edifícios e Construções	64.492	-	-	64.492
Terrenos	50.000	-	-	50.000
Equipamentos de comunicação	10.944	-	-	10.944
Equipamentos Eletrônicos	14.104	-	-	14.104
Imobilizado em Andamento	387.187	39.863	-	347.324
Consórcio Diversos	387.187	39.863	-	347.324
Depreciação Acumulada	(530.527)	(2.219)	-	(528.308)
Depreciação Acumulada	(530.527)	(2.219)	-	(528.308)
Total	4.520.963	44.739	-	4.476.224

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

07. Empréstimos e Financiamentos

O saldo deste subgrupo é representado por obrigações decorrentes de empréstimos e financiamentos bancários, além de cheque especial, em moeda nacional e estrangeira:

Empréstimos e Financiamentos	30/06/2025	31/12/2024
Empréstimo - Felipe de Omena Feijó	513.600	563.600
Título de Crédito - Banco Daycoval - 1114591	94.490	236.163
(-) Juros Título de Crédito - Banco Daycoval - 1114591	(11.172)	(33.517)
Empréstimo Daycoval - CCB Garantia Limite	-	99.804
Empréstimo Daycoval - CCB Capital de Giro	36.130	90.318
Empréstimo - Uniball Sports Administração Market	80.000	80.000
Cheque Especial Banco Daycoval (conta garantida)	145.525	56.472
Cheque Especial Bradesco FAF Conta 127749-9	94.215	85.122
Empréstimo - Vector Factoring	227.856	227.856
(-) Juros e Multas a Transcorrer - Empréstimo Vector Factoring	(17.856)	(17.856)
Empréstimo - Vector Factoring (Hemera)	-	120.350
(-) Juros e Multas a Transcorrer - Empréstimo Vector Factoring (Hemera)	-	(350)
Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças - Banco Daycoval - 2009823	215.000	-
(-) Juros/Multas/Encargos Financeiros Cessão de Direitos Creditórios - Banco Daycoval - 2009823	(6.929)	-
Total	1.370.859	1.507.962

A Federação firmou, em 23 de setembro de 2023, operação de empréstimo junto ao Banco Daycoval, no valor total de R\$ 215 mil (cédula de crédito nº 103862-3), para capital de giro, com prazo de 36 meses e juros pré-fixados de 2,00% a.m. e 26,8242% a.a., com parcelas mensais, vencimento da primeira parcela em 30 de novembro de 2023 e da última em 30 de outubro de 2025.

Em 30 de setembro de 2024, a Federação contraiu operação de empréstimo junto ao Banco Daycoval, que prevê liberação total R\$ 205 mil (cédula de crédito nº 111459-1), para capital de giro com taxa de juros prefixada de 2,1% a.m. e 28,3243% a.a., com parcelas mensais, com a primeira vencendo em 29/11/2024 e a última em 29/10/2025.

Nessas operações foram concedidas as seguintes garantias:

Empréstimo Daycoval - CCB Capital de Giro nº 103862-3	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios
Empréstimo Daycoval - CCB Garantia Limite nº 111459-1	Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras
	Cessão Fiduciária de Aplicações Financeiras

Os empréstimos com Uniball Sport e com Felipe Omena Feijó, se venceram em 07/12/2024 e 27/12/2024, contudo, os valores não foram pagos e nem corrigidos.

08. Obrigações Trabalhistas

O saldo deste subgrupo é composto por valores referentes a pagamentos de autônomos, rescisões, além dos encargos sociais e provisões em 30 de junho de 2025:

Obrigações Sociais e Trabalhistas	30/06/2025	31/12/2024
Encargos Sociais a pagar	1.547.952	1.505.963
INSS a Recolher	1.522.752	1.487.721
IRRF s/ Folha a Recolher	20.736	14.536
PIS a Recolher	2.496	1.862
FGTS a Recolher	1.968	1.844
Provisões Trabalhistas	43.397	15.728
Provisao e Encargos para Ferias	31.539	15.728
Provisao e Encargos para 13º Salario	11.858	-
Total	1.626.664	1.521.691

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

09. Impostos e Contribuições a Recolher

O saldo desse subgrupo é composto da seguinte forma:

Impostos e Contribuições a Recolher	30/06/2025	31/12/2024
Obrigações Fiscais e Sociais	570.114	630.634
COFINS a Recolher	365.869	365.869
IRPJ a Recolher	139.613	139.613
CSLL a Recolher	63.523	63.523
PIS a Recolher	1.109	1.109
ISS a Recolher	-	60.520
Total	570.114	630.634

10. Outras Obrigações a Pagar

O saldo deste subgrupo é representado por outras obrigações de custeio e clubes a pagar, dessa forma:

Outras Obrigações a Pagar	30/06/2025	31/12/2024
Outras Obrigações de Custeio	416.323	-
Adiant. de Instituto FAF	8.094	-
Depositos Judiciais a Pagar	6.000	7.800
Seguros a Pagar - Bradesco Saúde	-	1.459
TLF a Pagar	-	2.288
CBF - Repasse de Arbitragem	601.323	-
Total	1.031.740	11.547

11. Parcelamentos a Curto Prazo e a Longo Prazo

O saldo desse subgrupo é composto pelos parcelamentos de curto prazo (circulante) parcelamentos de longo prazo (não circulante), assim compostos:

Parcelamentos	30/06/2025	31/12/2024
Parcelamentos a Curto Prazo	107.709	21.994
Parcelamento Previdenciário Nº 8086585	70.520	-
(-) Juros/Multa/Encargos s/ Parcelamento Nº 8086585	(3.147)	-
Parcelamento ISS/TX de Funcion/Subst TR Nº 1037/22-61	11.516	1.645
Parcelamento COFINS Nº 8846538	6.293	-
Parcelamento IRPJ/PIS/Multa Nº 4023222	12.872	1.609
(-) Juros/Multas/Encargos s/ Parcelamento IRPJ/PIS/Multa Nº 4023222	(3.646)	-
(-) Juros/Multas/Encargos s/ Parcelamento Nº 1037/22-61	(3.097)	-
Parcelamento Previdenciário Nº 10114227	1.610	2.473
(-) Juros/Multas/Encargos - Parcelamento Nº 10114227	-	(226)
Parcelamento Previdenciário Nº 10114352	2.057	3.171
(-) Juros, Multas e Encargos - Parcelamento Previdenciário Nº 10114352	-	(302)
Parcelamento Previdenciário Nº 10114173	9.765	15.003
(-) Juros, Multas e Encargos - Parcelamento Previdenciário Nº 10114173	-	(1.379)
Parcelamento ISS e TLF - 0033577/24-20	3.803	-
(-) Juros, Multas e Encargos - Parcelamento ISS TLF - 0033577/24-20	(837)	-

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

	557.180	684.888
Parcelamentos a Longo Prazo		
Parcelamento Irpj/Pis/Multa N° 4023222	115.843	135.152
(-) Juros/Multas/Encargos S/ Parcelamento N° 4023222	(43.754)	(51.047)
Parcelamento Iss/Tx De Funcion/Subst Tr N° 1037/22-61	19.743	39.485
(-) Juros/Multa/ Encargos S/ Parcelamento N° 1037/22-61	(6.198)	(12.396)
Parcelamento Previdenciario N° 8086585	282.079	402.970
(-) Juros/Multas/Encargos S/ Parcelamento N° 8086585	(14.687)	(20.982)
Parcelamento Cofins N° 8846538	106.081	116.869
Parcelamento Previdenciario N° 10114227	8.970	8.970
Parcelamento Previdenciario N° 10114352	11.460	11.460
Parcelamento Previdenciario N° 10114173	54.407	54.407
Parcelamento Iss E Tlf - 0033577/24-20	29.793	-
(-) Juros/Multa/Encargos Parcelamento Iss Tlf - 0033577/24-20	(6.557)	-
Total	664.889	706.882

12. Receitas Operacionais

No quadro a seguir é apresentada a composição das receitas operacionais e outras receitas da entidade:

	Acumulado do Período		Movimento do Período	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Receitas Operacionais				
Receita - Comercial	84.000	704.000	-	352.000
Receita - CBF/FAF	968.000	715.000	363.000	407.000
Receita de Registro / Transf/ Resc de Atletas	445.634	523.451	228.281	232.181
Receita - Copa do Nordeste	720.000	503.528	180.000	170.111
Taxa Federativa	125.766	180.450	35.398	38.242
Taxas e Anuidades	1.000	-	-	-
Doações e Outras Receitas	53.207	10.112	24.366	66
Total	2.397.607	2.636.541	831.045	1.199.600

13. Despesas com Campeonatos

As despesas com campeonatos, da entidade foram as seguintes:

	Acumulado do Período		Movimento do Período	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Despesas com Campeonatos				
Campeonato Estadual	432.911	1.016.522	169.735	511.097
Despesas com Arbitragem	46.850	141.387	15.730	17.502
Campeonato Brasileiro	-	15.475	-	-
Campeonato Amador	38.307	29.496	9.800	23.100
Despesas com Clubes	19.532	14.262	8.100	12.902
Total	537.600	1.217.142	203.365	564.601

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

14. Despesas Gerais

O saldo deste subgrupo é representado por as despesas gerais, dessa forma:

	Acumulado do Período		Movimento do Período	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Despesas Gerais				
Despesas com Plano de Saúde	159.655	192.666	77.532	97.395
Despesas Diversas	201.784	135.728	112.179	64.430
Propaganda e Publicidade	50.223	39.675	34.836	16.773
Despesas com Aluguéis / Locações	28.000	66.255	-	33.255
Despesa com Patrocínio	32.729	-	5.000	-
Assessoria Jurídica	51.970	51.000	30.470	25.500
Consultorias	38.350	51.212	14.500	29.955
Despesas com Viagens e Estádias	18.922	12.249	3.737	7.329
Despesas com Honorários Contábeis	35.627	29.025	21.540	19.445
Despesas com Manutenção	83.666	43.368	30.352	17.056
Despesas com Sistema de Informação	40.492	39.447	24.324	14.553
Despesas com Seguro de Vida/ Previdência Privada	29.016	27.921	14.537	13.979
Despesas com Telefone/ Internet	20.231	25.887	9.834	13.197
Despesas com Seguros	28.247	35.470	8.468	6.257
Despesas com Energia Elétrica	11.244	20.790	5.126	12.550
Despesas com Doações e Ajuda de Custo	79.631	72.965	32.920	35.847
Despesas com Materiais Esportivos	-	10.046	-	-
Outras Despesas	19.905	2.010	12.438	2.010
Total	929.692	855.714	437.793	409.531

15. Resultado Financeiro

As receitas e despesas financeiras da entidade foram as seguintes:

	Acumulado do Período		Movimento do Período	
	01/01/2025 a 30/06/2025	01/01/2024 a 30/06/2024	01/04/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024
Resultado Financeiro				
Receitas Financeiras	19.017	267.513	10.700	261.514
Rendimentos de Aplicação Financeira	12.245	9.587	6.336	5.541
Rendimentos de Títulos de Capitalização	6.772	4.104	4.364	2.151
Receita Financeira - Operação de Câmbio	-	253.822	-	253.822
Despesas Financeiras	(208.325)	(167.621)	(111.298)	(102.303)
Juros de Mora	(134.424)	(74.814)	(81.292)	(47.614)
Despesas Bancárias	(1.012)	(554)	(1.012)	(554)
Juros s/ Empréstimos	(52.558)	(62.928)	(21.515)	(39.195)
Encargos Financeiros	(11.001)	(23.659)	-	(12.887)
IOF	(2.014)	(3.259)	(1.124)	(2.053)
Multas	(7.316)	(2.407)	(6.355)	-
Total	(189.308)	99.892	(100.598)	159.211

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

16. Seguros

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram disponibilizados e/ou examinadas pelos nossos auditores independentes.

Felipe Omena Feijó
Presidente
CPF nº 085.160.924-45

Nicholas Cansanção do Nascimento
Contador
CRC AL - 007902/0-8